

## Deputado defende a tribo

O deputado Henrique Queiroz, do PDS, analisou ontem em pronunciamento na Assembléia, um problema que, em sua opinião, "envergonha o povo brasileiro e que presentemente se alastra em nosso Estado, atingindo em cheio a comunidade indígena Pankararu".

Explicou o parlamentar que essa comunidade é composta de quase 3 mil índios, comprimidos numa pequena reserva de apenas 81 quilômetros quadrados, enquanto outras reservas indígenas têm mais de mil quilômetros quadrados (xavantes, carajás e outras nos parques indígenas do Xingu, Araguaia e demais reservas).

"Situados no Brejo dos Padres, a uma distância de aproximadamente 470 Km do Recife e de 6 Km de Tacaratu, além de 9 Km de Petrolina, os 3 mil índios da Reserva Pankararu vivem da agricultura, de pequenas criações e do artesanato em palha. São felizes, praticando suas sessões de "chamanismo", para falarem com os "encantados", fazendo reuniões com os "praiás", dançando um "toré" — tudo isto considerado pelos antropólogos como as mais belas e movimentadas manifestações primitivas. São muito apegados à família, ao trabalho e ao culto dos bons costumes, dando sempre bons exemplos à sociedade que os envolve e a qual se convencionou chamar de civilizada" — acrescentou o orador.

"Atualmente" — prosseguiu o deputado Henrique Queiroz — "esse altivo povo pankararu está ameaçado de perder a última de suas riquezas, que é a terra de onde tira a subsistência — terra que os viu nascer e que testemunhou todos os seus sofrimentos, através dos tempos".

"São do conhecimento público as atrocidades praticadas contra as regiões indígenas desde os primórdios da nossa civilização, da nossa colonização, pela invasão de suas terras, pela escravização do seu povo, pela discriminação racial e até mesmo pela violação de seus valores sociais e religiosos. Tudo isso geralmente feito em nome de uma cataquese que sempre deixou muito a desejar e de um progresso que na realidade nunca vem em

benefício do índio e sim dos mais abastados e de determinados grupos".

"Diariamente a Imprensa nacional divulga um verdadeiro rosário de violências cometidas contra os índios e contra quem toma a defesa dos mesmos, nas mais diversas regiões do Brasil. E os pankararus não são exceção à regra. Sofrem todo tipo de pressão, desde a agressão moral ao homicídio, tão-somente para que abandonem suas terras, que ficarão para os posseiros inescrupulosos, cujo único interesse é acumular fortunas, seja de que jeito for".

"As terras ocupadas pelos pankararus são de fato suas, pela ocupação e pelo domínio mantido desde épocas imemoriais. E são deles de direito, por um decreto do Imperador Pedro II — homem muito sensível ao problema dos silvícolas".

"Inicialmente, os pankararus ocupavam uma extensa área de terras às margens do São Francisco, com territórios nos Estados de Pernambuco e de Alagoas. No entanto, foram sendo espremidos pelas ditas "frentes civilizatórias" e pelo progresso de ordenado. Totalmente derrotados pela superioridade numérica dos invasores, tiveram de quedar-se vencidos, até que em 1940 o Serviço de Proteção aos Índios-SPI, órgão encarregado da proteção ao silvícola, promoveu a demarcação da atual reserva, que desde aquela época vem sendo contestada por um grupo de fazendeiros, sob os mais diversos argumentos e quase sempre destituídos de fundamento legal".

"Não é admissível que em pleno século XX e num Estado de tradições libertárias como o nosso, venha sendo praticada contra todo um povo, aos olhos da Funai, tal torpeza, e ante as próprias autoridades constituídas, principalmente da Justiça. Neste momento faço-me defensor dos pankararus e de outras comunidades indígenas. Coloque-me à disposição dos indianistas interessados no bem-estar dessas comunidades tão sofridas e a quem tanto devemos".

"Faço um apelo aos meus pares e ao povo em geral para que apoiem a luta dos pankararus pela posse de suas terras e de sua cultura", concluiu.

# Posseiros negam <sup>190</sup>ameaças a índios

Os posseiros José Freire Lima e João Araújo Silva, do município de Petrolândia, vieram à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, nesta capital, e procuraram a imprensa para "esclarecer a verdade sobre o caso das terras e deixar bem claro que não se quer brigas com índios".

"Essas estórias de que estávamos armados de metralhadoras, de que iríamos pegar os índios de emboscada é pura mentira. Também não fizemos nenhum acordo com a Polícia Federal. Apenas prestamos depoimentos e estranhamos a ordem do delegado que mandou, terça-feira, após as conversações cercar com arame farpado a área que nos pertence. Nós nos reunimos para impedir e quando o chefe dos índios viu o movimento mandou que seu pessoal recuasse", disse um deles.

## EXPLICAÇÕES

"Essa briga é antiga. Já tem 40 anos. Acontece que nós temos documentação provando que a terra é nossa. Não queremos impedir que a Funai expanda a área dos índios, apenas que respeite a nossa. A Funai está jogando os índios contra nós. Precisamos que a verdade apareça. Antigamente, quando a Polícia Federal ia até lá, nem conversava com

a gente. Muitas vezes ouvimos a frase: — É melhor uma mentira de índio do que uma verdade de posseiro. Diziam isto e baixavam o pau. Desta vez, foi diferente. Os homens chegaram, nos trataram bem, conversaram, apanharam nossas opiniões. Depois, vimos tudo mal interpretado. E ficamos revoltados com a atitude do delegado — que extrapola a ordem do juiz (que mandou apenas averiguar a situação) mandando erguer a cerca.

"Viemos até aqui pedir providências urgentes. Nós não quebramos acordo nenhum, simplesmente porque não houve acordo, "explicou José.

João afirmou que o prefeito é neutro. Mas, falou também sobre um ponto que eles consideram o principal da briga: é que a Funai quando resolveu estender as terras dos índios, avançou 12 km em direção à terra dos posseiros. Portanto, o crescimento foi numa única direção. Isto porque, se fosse rumo a Tacaratu, iria de encontro aos interesses de ricos fazendeiros e políticos influentes no local. "Por que não distribuíram melhor a expansão?", indagam os posseiros. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco só tomará uma posição se, com a decisão do juiz, os direitos dos posseiros forem prejudicados.